Mapa n.º 2 a que se refere o decreto com força de lei n.º 18:251, desta data, e que dá o faz parte integrante

Classificação		Verbas	Classificação		Verbas
Capítulos	Artigos		Capítulos	Artigos	
11.º			11.º		
	Serviço de contribuições			Serviço de contribuições	
	Direcção Geral das Contribuições e Impostos			Direcção Geral das Contribuições e Impostos	
	<i>Despesas com o material:</i>			<i>Despesas com o material:</i>	
124.º	1) Aquisição de móveis;		125.º	Material de consumo corrente:	
	b) Mobiliário	2.000\$00		1) Impressos	2.000\$00
12.º	Serviço das alfândegas		12.º	Serviço das alfândegas	
	Serviço do tráfego			Serviço marítimo	
187.º	2) Abonos para pagamento de serviços não especificados:			<i>Despesas com o material:</i>	
	Aferição de balanças, pesos e medidas	15.000\$00	195.º	Material de consumo corrente:	
189.º	Diversos serviços:			Combustíveis, matérias oleosas para as máquinas e desperdícios	122.000\$00
	3) Abonos para pagamento de serviços não especificados	20.000\$00			
	Serviço marítimo				
	<i>Despesas com o material:</i>				
193.º-A	Aquisições de utilização permanente:				
	a) Máquinas, aparelhos, instrumentos, ferramentas e utensílios	50.000\$00			
	b) Mobiliário, louças, roupas, etc.	10.000\$00			
	<i>Pagamento de serviços:</i>				
196.º	Despesas de higiene, saúde e conforto:				
	2) Lavagem, limpeza e outras despesas	20.000\$00			
198.º	Diversos serviços:				
	2) Diversos serviços não especificados, incluindo registos, vistorias e avaliações de vapores e outras embarcações	5.000\$00			
	<i>Pagamento de serviços:</i>				
203.º-A	Despesas de higiene, saúde e conforto:				
	1) Luz, aquecimento, água, lavagem, limpeza e outras despesas	2.000\$00			
		124.000\$00			124.000\$00

Paços do Governo da República, 26 de Abril de 1930. — O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto n.º 18:252

Impôs-se o Governo, como dever supremo, assegurar a ordem e garantir a paz da Nação.

Neste sentido tem procurado nortear a sua acção e está disposto a manter-se nele firmemente, sem fraquezas nem violências.

Decorreu já bastante tempo sobre os movimentos que nos últimos anos têm perturbado a ordem e a paz nacionais, e dos quais resultaram situações diversas e por vezes mesmo mal definidas.

Importa fixar com precisão e igualdade tais situações,

de modo a reparar possíveis injustiças e acautelar de futuro a ordem, condição indispensável de todo o trabalho útil e base essencial de toda a prosperidade.

Verificou-se também a dificuldade de execução dos decretos n.ºs 16:002 e 16:582, convido por isso substituir o regime que por eles se pretendeu criar por outro de aplicação fácil.

Por isso, usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os funcionários civis e militares que hajam tomado parte em qualquer movimento revolucionário

contra a Ditadura, praticando actos ou omissões de actos, seja qual fôr a sua situação actual, consideram-se todos incluídos em alguma das categorias estabelecidas neste decreto, de harmonia com as prescrições nelle contidas.

Art. 2.º Os militares que se não tenham apresentado após êsses movimentos e tenham sido abatidos ao efectivo dos seus quadros como desertores serão julgados pelos tribunais competentes, quando se apresentem ou sejam capturados, não se lhes applicando porém as disposições do § 1.º do artigo 34.º, § único do artigo 171.º e artigo 175.º do Código de Justiça Militar, conforme o caso. Após o cumprimento da pena, ou no caso de absolvição pelo crime de deserção, ser-lhes hão applicadas as disposições dêste decreto.

Art. 3.º Serão reformados ou aposentados com os seus vencimentos de categoria na situação em que se encontravam à data do movimento revolucionário em que tomaram parte contra a Ditadura, se nessa situação tiverem direito à reforma ou aposentação:

1.º Os officiaes superiores e generaes do exército e da armada que nêles exerceram acção de comando;

2.º Os funcionários civis e militares que tiveram acção de excepcional importância em algum movimento ou tomaram parte em mais de um;

3.º Os chefes e cabos das corporações policiaes que por qualquer forma se manifestaram contra o Governo durante êsses movimentos.

§ único. Os que estiverem em situação que lhes não dê direito à reforma ou aposentação serão abatidos ou demittidos, conforme forem militares ou civis.

Art. 4.º São reintegrados, ficando na situação de adidos quando civis e na situação de supranumerários permanentes quando militares, todos os indivíduos abrangidos pelo artigo 1.º e não incluídos nos artigos 3.º ou 6.º dêste decreto.

§ 1.º Os adidos têm a situação regulada por lei.

§ 2.º Os supranumerários não poderão exercer função alguma militar, nem receber mais de 75 por cento dos seus vencimentos de categoria.

§ 3.º Quer uns, quer outros, só poderão ser chamados a fazer serviço nas suas unidades ou repartições passados dois anos sobre a publicação dêste decreto.

Art. 5.º Os que se encontravam na situação de reserva, reformados ou aposentados, regressarão às suas anteriores situações, não podendo contudo receber mais de 75 por cento dos seus vencimentos de categoria.

Art. 6.º São reintegrados, continuando ao serviço:

1.º Os indivíduos contra quem haja corrido processo mandado arquivar por despacho ministerial;

2.º As praças do exército e da armada com graduação inferior a sargento;

3.º Os guardas e agentes das corporações policiaes e soldados da guarda nacional republicana e guarda fiscal.

§ único. A reintegração dos abrangidos pelos n.ºs 2.º e 3.º dêste artigo depende do seu bom comportamento anterior e das boas informações dos chefes sob cujas ordens vão servir.

Art. 7.º Para haver direito a ingressar em qualquer das situações fixadas nos artigos anteriores, é indispensável que os interessados o requeiram ao Ministro respectivo, dentro do prazo de trinta, quarenta e cinco ou noventa dias, conforme se encontrarem na metrópole, nas ilhas adjacentes ou nas colónias e países estrangeiros, ou que, sendo desertores, se apresentem no prazo de noventa dias, a contar da publicação dêste decreto.

Art. 8.º Os funcionários civis ou militares que, embora abrangidos pelo artigo 1.º dêste decreto, tenham permanecido ao serviço poderão nelle continuar ou ser desligados, ingressando em qualquer das situações fixadas

neste decreto independentemente de o requebrem, mediante proposta do respectivo Ministro, em harmonia com o parecer da comissão criada pelo decreto n.º 16:002, e por deliberação do Conselho de Ministros.

Art. 9.º Poderá o Governo fixar residência onde e quando o julgar conveniente a todos os indivíduos abrangidos por êste decreto.

Art. 10.º A applicação dêste decreto a casos omissos será feita pelo Conselho de Ministros, sob parecer da comissão criada pelo decreto n.º 16:002, e dela não haverá recurso.

Art. 11.º Ficam por êste decreto extintos os tribunais militares especiais de Lisboa e Porto, criados pelo decreto n.º 13:392, de 31 de Março de 1927, transitando os processos pendentes do primeiro para o 1.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa e do segundo para o Tribunal Militar Territorial do Porto, os quais serão arquivados, com excepção dos referentes aos crimes de deserção e comuns. Para o pessoal da armada os processos transitarão para o Tribunal Militar da Marinha.

Art. 12.º Êste decreto entra immediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 26 de Abril de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — Luis Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — João Namorado de Aguiar — Luis António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.

Rectificação

No Diário do Governo n.º 28, ao decreto n.º 17:914, a p. 236, 2.ª columna, acrescentar à designação do n.º 11.º a palavra: «médicos».

O Chefe do Gabinete, José Jorge Ferreira da Silva, coronel.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Decreto n.º 18:253

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Aos dois técnicos de estudos económicos e estatísticos a que se refere o decreto n.º 17:071, de 1 de Julho de 1929, é garantida, como funcionários vitalícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a equiparação aos Ministros Plenipotenciários de 2.ª classe, para efeitos de vencimentos e demais abonos, sem direito po-